ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO

DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO 168/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 20/1204-0004359-9

MODALIDADE	Cotação Eletrônica de Preços	**DATA**	01/04/2020
NATUREZA	( ) Normal (art. 24, I)	(x) Emergencial (art. 24, IV)	
EMBASAMENTO LEGAL	• Lei Estadual nº 13.179/2009 e subsidiariamente: • Lei Complementar nº 123/2006 • Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.		
OBJETO(S)	**Aquisição de materiais diversos.**		

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Famílias: 0515-0870-0990

Aquisição de materiais diversos, incluindo itens de limpeza e higiene, médico/hospitalares e de enfermagem e de segurança e proteção individual.

2. INFORMAÇÕES

LOTES 1, 2, 3 e 4

Data limite para o cadastramento das propostas: **01 de abril de 2020, até às 14h00min**

Data de abertura das propostas: **01 de abril de 2020, às 14h01min**

Início da disputa: 01 de abril de 2020, às 14h30min

AMOSTRA	( ) SIM (x) NÃO
VISITA NO LOCAL	( ) SIM (x) NÃO ( ) OPCIONAL
OBSERVAÇÕES:	

Dúvidas sobre a Dispensa: A empresa deverá entrar em contato pelo e-mail compraspcrs@gmail.com ou pelo telefone (51) 3288-2223.

Dúvidas sobre as especificações do objeto: A empresa deverá entrar em contato com o Inspetor de Polícia Guilherme Mattos da Silva, através do telefone: (51) 3223-1237.

3. ANEXOS (**Estão inseridos eletronicamente no www.compras.rs.gov.br**)

3.1 - É ANEXO, deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo o seguinte:

3.1.1 - **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA

4. PROPOSTA

4.1 - A elaboração da proposta deve ser feita, em formulário com timbre da empresa onde deverá constar de modo legível o valor total cotado em R$, devendo discriminar o valor de material e de serviço, separadamente, assim como as especificações completas do material/serviço e quantidade;

4.2 - As empresas enquadradas no Art. 1º do Decreto 43.295, de 18 de agosto de 2004 (Programa RS Competitivo), deverão apresentar as propostas já com valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS, para os itens que eventualmente estiverem indicadas no edital;

4.3 - Constar o CNPJ;

4.4 - Endereço completo da empresa;

4.5 - Deverá constar o prazo de início para a entrega dos materiais/prestação do serviço, que deverá ser DE IMEDIATO, após recebimento da Ordem de Inicio de Serviço/Ordem de Fornecimento, e da Nota de Empenho.

4.6 - Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 dias**;

4.7 - Telefone e e-mail da empresa;

4.8 - Indicação de funcionário responsável para responder todas as dúvidas formuladas pela PC/RS;

5. JULGAMENTO

5.1 - Será considerado vencedor da Cotação Eletrônica de Preços aquele que apresentar, durante o período da Cotação, o lance de menor valor, sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda às respectivas especificações.

5.2 - Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a Cotação Eletrônica de preços, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

5.3 - Os lances ofertados deverão contemplar o valor total da prestação do serviço.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Com base no que dispõe a Lei 13.179 de 10 de Junho de 2009, que regula a execução da Cotação Eletrônica de Preços, para habilitação da presente Dispensa de Licitação, **O FORNECEDOR VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR, EM MEIO ELETRÔNICO, DIRETAMENTE NO SISTEMA DE COMPRAS RS:**

Certificado de Fornecedor do Estado (obtido junto a CELIC, Av. Borges de Medeiros n° 1501 Porto Alegre/RS - Centro Administrativo Fernando Ferrari 2° Andar.) – CFE para a família correspondente, com prazo de validade vigente, inclusive para a documentação nele contida.

6.1.1. No caso de não possuir o Certificado de Fornecedor do Estado CFE, conforme item anterior, o fornecedor deverá apresentar obrigatoriamente a seguinte documentação:

a) Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral Federal (CNPJ);

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débito Estadual;

d) Certidão Negativa de Débito Municipal;

e) Regularidade do FGTS;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

g) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

h) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgãos competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2 Previamente à adjudicação da Dispensa de Licitação Eletrônica será realizada consulta aos seguintes cadastros para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo:

a) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;

b) Cadastro Informativo – CADIN/RS;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça. Também será consultado se existe proibição de contratar com o Poder Público, aplicada pelo Poder Judiciário, em relação aos sócios majoritários das pessoas (consultas por CPF).

7. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

7.1. No caso de infringência aos regramentos desta contratação, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, serão aplicadas as sanções administrativas previstas na legislação que regra este Edital (Lei Estadual nº 13.179/2009 e subsidiariamente: Lei Complementar nº 123/2006). Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 A entrega do bem/serviço deverá ser atestada pelo Órgão Contratante, que aferirá a sua Conformidade com as especificações constantes do pedido de Cotação Eletrônica de Preços.

8.2 A Contratação se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do pedido de Cotação Eletrônica de Preços, independente da quantidade rejeitada.

9. INFORMAÇÕES PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E ENTREGA (NF):

Razão Social: Fundo Especial da Segurança Pública;
CNPJ: 14.157.326/0001-31;
Inscrição Estadual: Isento;
Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 1358 / 8º Andar - Centro - Porto Alegre; CEP 90230-010.

As Notas Fiscais deverão ser emitidas, em nome do FESP - Fundo Especial da Segurança Pública, e a entrega das notas fiscais deverão ser realizadas diretamente no local de prestação de serviço, sendo direcionadas ao Fiscal do Contrato.

10. FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrente deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro do município onde esteja localizado o Órgão Contratante.

LOTE 1

Item	Descrição do Lote	Quantidade
0515.0500.000372	RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL - TIPO RESPIRADOR: DOBRÁVEL COM FORMATO EM CONCHA; CLASSE RESPIRADOR: N95/PFF2; COR: INDIFERENTE; VÁLVULA EXALAÇÃO: NÃO; FILTRAÇÃO MÍNIMA: 95%; TAMANHO: ÚNICO; CERTIFICAÇÃO: ANVISA E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA-MTE; COMPLEMENTAÇÃO ESPECIFICAÇÃO: - DEVERÁ POSSUIR PRESILHAS SOLDADAS NAS LATERIAS DO RESPIRADOR, CLIP NASAL COLADO NA PARTE SUPERIOR E ELÁSTICO DE LÁTEX PARA AJUSTE;	6.000 un.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO

LOTE 2

0515.0500.001800	RESPIRADOR E MASCARA CIRURGICA, COM EFICIENCIA DE FILTRACAO MAIOR QUE 95% PARA PARTICULAS DE 0,3 MICRA E COM EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIANA (BFE) MAIOR OU IGUAL QUE 99%, COM AJUSTE PERFEITO A ANATOMIA DO ROSTO, COM 4 CAMADAS. OBSERVACAO: - PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICADO N-95 PELA NIOSH (NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH), DE ACORDO COM A CDC (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION) OU A CERTIFICACAO NACIONAL CLASSE PFF2. - O PRODUTO DEVE SER DESCARTAVEL E EMBALADO INDIVIDUALMENTE	10.000 un.

LOTE 3

Item	Descrição do Lote	Quantidade
0870.0507.000579	LUVA HOSPITALAR - TIPO: PROCEDIMENTO; USO: HOSPITALAR; MATERIAL: LÁTEX; TAMANHO: M; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; ESPESSURA MÍNIMA: 0,08MM; COMPRIMENTO MÍNIMO: 240 MILÍMETROS; SUPERFÍCIE: LISA; CORES: NATURAL; LUBRIFICAÇÃO: SEM PÓ; REGISTRO: NA ANVISA; VALIDADE MÍNIMA NA DATA DA ENTREGA: 30 MESES; APRESENTAÇÃO COMERCIAL: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; CA VÁLIDO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO: SIM; PROTEGE AS MÃOS DO USUÁRIOS CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS: SIM;	50 emb.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO

LOTE 4

0870.0507.000578	LUVA HOSPITALAR - TIPO: PROCEDIMENTO; USO: HOSPITALAR; MATERIAL: LÁTEX; TAMANHO: G; ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL; ESPESSURA MÍNIMA: 0,08MM; COMPRIMENTO MÍNIMO: 240 MILÍMETROS; SUPERFÍCIE: LISA; CORES: NATURAL; LUBRIFICAÇÃO: SEM PÓ; REGISTRO: NA ANVISA; VALIDADE MÍNIMA NA DATA DA ENTREGA: 30 MESES; APRESENTAÇÃO COMERCIAL: EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; CA VÁLIDO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO: SIM; PROTEGE AS MÃOS DO USUÁRIOS CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS: SIM;	50 emb.

Após a finalização da Cotação Eletrônica de Preços, o fornecedor arrematante terá até **01 (uma) hora** para o envio da Proposta Final, pelo Sistema Compras RS, na fase "**Julgamento de Propostas"**.

Na sequência, será aberto o período de **2 (duas) horas**, na fase "**Habilitação",** quando deverá ser enviada toda a documentação exigida no item 6.1.1.

Todos os documentos deverão ser originais **escaneados** ou documentos diretos dos sites governamentais, salvo artigo 43 da Lei Complementar 147/14 (LC 143). O não cumprimento do envio da documentação implicará na desclassificação do fornecedor vencedor.

O procedimento se trata de Dispensa de Licitação, não havendo botões de recurso ativos ou contrarrazões. Caso exista o desejo de se informar sobre o procedimento poderá fazê-lo por e-mail.

Del. Pol. Christian Nedel,
Diretor da DMP/DAP

Ceane Santos,
Administradora da Compra – COE